

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Psicologia feminista como forma-de-ação: experiência em extensão

Feminist psychology as a form of action: extension experience

Paula Land Curi;¹ Carolina de Oliveira Armani;² Luciana da Silva Oliveira;³ Thais Ferreira Rodrigues⁴

¹ Professora Doutora em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, RJ, Brasil – e-mail: [paulalandcuri@id.uff.br/](mailto:paulalandcuri@id.uff.br)  ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4204-8785>

² Psicóloga. Mestranda em Atenção Psicossocial, IPUB/UFRJ, RJ, Brasil – e-mail: [carmani@hotmail.com/](mailto:carmani@hotmail.com)  <https://orcid.org/0000-0002-6014-8061>

³ Professora Doutora, PUC/MG, Belo Horizonte, MG, Brasil – e-mail: oliveira.luu@gmail.com/  <https://orcid.org/0000-0002-6356-8272>

⁴ Pós doutora, Pós Graduação em Psicologia da UFF, Niterói, RJ, Brasil – e-mail: thaisferreira@id.uff.br/  <https://orcid.org/0000-0001-5971-441X>

Palavras-chave:

extensão universitária;
epistemologias
feministas;
psicologia.

Resumo: Este trabalho objetiva tecer algumas reflexões sobre a Universidade e a construção de conhecimento, calcada no cientificismo positivista, marca de uma ciência fundada a partir de uma perspectiva parcial, privilegiada e hierárquica, pautada pela Dominação Masculina. Para se contrapor a isso, apresenta uma experiência extensionista em Psicologia, e evidencia como a Extensão Universitária, a partir de seus princípios – interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social - pode ser uma via privilegiada para a produção de conhecimentos encorpados, situados e críticos, na direção das proposições das epistemologias feministas.

Keywords:

university extension;
feminist epistemologies;
psychology.

Abstract: This paper aims to weave some reflections on the University and the construction of knowledge, based on positivist scientism, a mark of a science founded from a partial, privileged and hierarchical perspective, guided by Male Dominance. To counteract this, it presents an extensionist experience in Psychology, and highlights how University Extension, from its principles - dialogical interaction; interdisciplinarity and interprofessionalism; inseparability between teaching, research and extension; impact on student education; and impact and social transformation - can be a privileged way for the production of embodied, situated and critical knowledge, towards the propositions of feminist epistemologies.

Introdução

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. (FREIRE, 2006, p.58)

As universidades brasileiras constroem o conhecido através de um tripé pautado pelo ensino, pesquisa e extensão. Esta última, pode ser considerada via privilegiada do percurso formativo que, como um processo educativo, cultural e científico, promove deslocamentos importantes na formação. Com isso, ao formar-ação, assegura tanto o campo para projetos de



pesquisas e de ensino indissociáveis, quanto estabelece relações horizontalizadas entre a universidade e a sociedade.

Este trabalho objetiva apresentar uma experiência extensionista e evidenciar como a Extensão pode ser uma via priorizada para a produção de conhecimentos encorpados, situados e críticos, na direção das proposições das epistemologias feministas. Entendemos ser justamente a partir dos princípios que sustentam a Extensão Universitária - a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e, impacto e transformação social - que isto se torna possível.

O projeto extensionista “*Por que também temos que falar de violência?*”, de onde partimos, nasceu com o intuito de inserir, no âmbito da graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense - Niterói, uma discussão mais aprofundada e cuidadosa sobre gênero, violências e desigualdades. Este se deu a partir do encontro, no território, com mulheres em situação de violência de gênero, tendo como pano de fundo as políticas públicas para o seu enfrentamento, prevenção, assistência e combate.

Naquele tempo, percebíamos uma enorme lacuna na formação em Psicologia, no que tange à sustentação de reflexões atravessadas por categorias como gênero, raça, classe e mesmo colonialidade, que atravessaram o seu processo constituinte. Porém, ainda não percebíamos a possibilidade de imersão em novas perspectivas de construção de conhecimento.

Os encontros nos conduziram, com o passar do tempo, a deslocamentos dos nossos (habituais) modos de produzir conhecimentos (acadêmicos). Precisamos revisar nossos métodos, nos criticar. Fomos paulatinamente incorporando novas formas, localizando, situando, sustentando, encorpando, cada vez mais, uma política de pesquisa que coloca em xeque a própria ciência, construída sobre as bases da neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade, e fundada a partir de uma perspectiva parcial, privilegiada e hierárquica, pautada na Dominação Masculina.

Fomos ao território para estar com mulheres, orientá-las acerca das violências de gênero e dos dispositivos que compõem a rede de atendimento intersetorial do município para o enfrentamento às violências de gênero. Contudo, foi exatamente no território que nos demos conta que nossos encontros nos deslocaram de uma proposição ainda hierarquizada da universidade – embora nos propuséssemos a estar COM – em direção a uma psicologia feminista (em) formação, indagando às lógicas instituídas pela própria ciência e universidade. Percebíamos discrepâncias entre aquilo que víamos e o que “conhecíamos”.

Através desta experiência pretendeu-se dar visibilidade à temática feminista, reforçando esta enquanto projeto teórico-metodológico-político necessário aos currículos de

psicologia vigentes. Porém, deparamo-nos com um “não só”. A nossa forma-de-ação nos conduziu e convocou a uma reflexão de maior magnitude: precisávamos falar de ciência, de produção de conhecimento, retornar aos cânones solidificados que as representam, para poder salientar que, embora a lógica positivista tenha sido considerada a maneira legítima (e única) de fazer ciência, sempre foi feita por e para os indivíduos do sexo masculino.

As visões de mundo, pelas lentes de homens ocidentais, brancos, burgueses, cisheteronormativos organizaram toda a sociedade, criaram a ciência, e seguem em regência e vigência. Experiências como as que pretendemos apresentar, revelam que há outras políticas de pesquisa e produção de conhecimento que, atentas “aos perigos das histórias únicas”, buscam criticar as visões dicotômicas e hierárquicas tidas sempre como verdadeiras.

Pensar as variáveis que atravessam a atividade científica e epistemológica diz respeito a assumir o caráter político que está implicado em seus processos. É explicitar, de modo contundente, que não é possível ser neutro no fazer científico. A negligência ou a recusa do que está implicado nesse fazer, está diretamente ligada à manutenção e reprodução de uma lógica onde as elites brancas, masculinas e burgueses mantém a margem alguns corpos, vivências e experiências. (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A partir de reflexões sobre a Universidade e a construção de conhecimento, intentamos mostrar que seu *modus operandi* não é ingênuo. É a marca de uma ciência fundada a partir de uma perspectiva parcial, privilegiada e hierárquica, pautada pela Dominação Masculina. Para isso, lançaremos mão de uma experiência extensionista feminista em Psicologia, como forma-de-ação, norteados/situados pelas proposições das Epistemologias Feministas.

Ode científica: dos entusiasmos aos silenciamentos e opressões

Não há neutralidade em nenhuma ciência, seja dura, seja perfumaria.
(SAFFIOTI, 2015, p.42).

Entende-se que a lógica positivista, inaugurada por Descartes, com o seu *Cogito, ergo sum*, é o modo, considerado o único legítimo, de se fazer ciência. Seus pressupostos de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade são garantidores da veracidade científica, uma vez que pressupõem uma separação entre sujeito e objeto e política e ciência. Isto significa, sobretudo, que se pressupõe um sujeito (cientista), que descorporificado e dessubjetivizado, seja capaz de realizar, no ato de fazer ciência, movimentos “isentos”, dotados da mais completa razão.

A “retirada” do corpo e da subjetividade proposta pelo positivismo pressupõe a existência de um indivíduo-sujeito hegemônico como legítimo para ocupar o lugar à frente nas ciências positivistas. A (suposta) negação do corpo de um sujeito, a ideia de uma indivíduo-sujeito “puro”, determina um padrão excludente nos modos de produzir

conhecimento, uma vez que *expurga* aqueles que não cabem em corpos masculinos, brancos, burguês, cisheteronormativos, do norte global. Há, portanto, um modelo universal de homem na lógica positivista, calcado sempre nos padrões supracitados – um sujeito epistêmico autocentrado, isolado, que nega qualquer alteridade. (KETZER, 2017)

Partirmos, então, de um conceito universal de homem do norte global, calcado sempre nos padrões supracitados, e de *modus* de operar as produções, que constituem saberes por e para um suposto indivíduo padrão. “O modo legítimo” (e legitimado por muitos) de produzir conhecimento, faz jus ao homem, pressupondo que ele representa toda a sociedade – deles para eles.

Marcamos esta questão, tendo em vista o momento que hoje estamos, o qual há uma intensa desvalorização, por parte do atual governo, das ciências humanas e sociais - aquelas que historicamente foram consideradas menos legítimas, “perfumarias”. O que se coloca como problema, seguindo Saffioti (2015) é que os que acreditam na neutralidade das chamadas “*ciências duras* e no comportamento político ideológico das ciências humanas e sociais, ainda não compreenderam o que é ciência”.

Não há neutralidade em nenhuma ciência, seja, dura, seja perfumaria. Todas, absolutamente todas, são fruto de um momento histórico, contendo numerosas conjunturas, cuja intervenção, em qualquer campo do conhecimento, é cristalina. Não o é, certamente, para qualquer olhar; só para o olhar crítico. (SAFFIOTI, 2015, p.42)

Aliás, é nesta direção que Isabelle Stengers, em seu livro *Quem tem medo da ciência?* (1990), nos convoca a refletir. A autora evidencia não só que todo fato é a interpretação de um fato, mas vai além: constrói caminhos para mostrar que não existe ciência pura, isolada de uma ideologia que a justifique e conduza. Isso não significa dizer que temos que execrar a ciência, mas sim analisar os seus modos de concebê-la e fazê-la. Precisamos criticá-la, reconsiderá-la, (re)situá-la como uma possibilidade dentre várias outras de se produzir conhecimentos legítimos.

A ciência procura atender as demandas da época e sociedade na qual se insere e firma padrões e regras que estão em consonância com os anseios da comunidade científica e seus paradigmas dominantes. De tempos em tempos, acontecem deslocamentos importantes que possibilitam quebras de alguns paradigmas. Considerando as quebras como “progresso científico”, apostamos nas contribuições revolucionárias das epistemologias feministas.

Epistemologias Feministas: da opressão à revolução

Uma análise do fazer científico no decorrer da história nos permite constatar que as práticas de justificação, aquisição e atribuição do conhecimento colocam as mulheres em desvantagens sistemáticas. (KETZER, 2017, p.103)

As Epistemologias Feministas surgem reivindicando a ocupação de lugares no campo científico e como áreas da Epistemologia Social que se preocupam em analisar o papel do gênero nos processos de consolidação de epistemes (KETZER, 2017). Seu surgimento, enquanto teoria crítica, modo de intervenção no fazer ciência e produção de conhecimento, foi ganhando corpo com o início dos movimentos feministas - onde se pululam discussões sobre as mais variadas formas de desigualdades de gênero.

Destaca-se que, inclusive, quando falamos de movimento feminista não estamos referidos a um! Eles são múltiplos, e em diferentes momentos no tempo, supostamente “em ondas”, carregavam (e ainda carregam) as particularidades dos locais onde emergiram, as distintas necessidades que as épocas e as sociedades impunham, bem como implicações exigidas que interseccionavam outras categorias ao gênero, a exemplo de raça e classe.

Pinto (2003) descreve três grandes momentos, ou ondas, do feminismo brasileiro. O primeiro consistiu em uma luta universal pela igualdade de direitos políticos, e teria se expressado por meio da luta pelo voto na esfera do movimento sufragista. Esse momento é descrito como um “feminismo bem-comportado”, considerando que essa fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas e, com frequência, por filhas de intelectuais ou políticos brasileiros que tiveram a oportunidade de estudar em outros países.

O segundo momento do feminismo no Brasil foi experimentado durante o clima político do regime militar dos anos 1970, que associou a desvalorização e a frustração de cidadania no país, com um reforço na opressão patriarcal. Assim, o feminismo que se desenvolveu nesse momento se caracterizou por um movimento, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando o foco da igualdade para as leis e os costumes. No Brasil e em outros países latino-americanos esta segunda onda se configurou como uma resistência contra a ditadura militar e a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer, tendo se formado muitos grupos que consolidaram os interesses e demandas femininas, possibilitando maior articulação das mulheres no âmbito público. Vale destacar que esse enraizamento dos feminismos latino-americanos nas lutas contra os estados militarizados e ditatoriais é também uma das maiores características distintivas (e não trivial), em relação aos femininos de matriz anglo-saxã ou europeia (MATOS, 2010).

Por fim, no terceiro momento, Pinto (2003) faz referência a intensa participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização e na construção do que nomeia de uma espécie de “feminismo difuso” e com destaque ainda maior sobre processos de institucionalização e debate das diferenças entre as próprias mulheres (intragênero). Foi um momento caracterizado por uma dissociação substancial entre o movimento e o pensamento feminista e a profissionalização do movimento através do surgimento de um número considerável de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a questão das mulheres. (PINTO, 2003)

No entanto, como Marlise Matos (2010) aponta, compreendemos que na contemporaneidade há “uma forte tendência dos feminismos brasileiros e latino-americanos para uma renovada retomada e aproximação entre pensamento e movimento feministas”. Nesse sentido, destaca-se a intersecção entre a luta feminista enquanto movimento político e os espaços acadêmicos, onde surgiram centros de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos (NARVAZ, KOLLER, 2006).

Matos (2010) defende que, mais especificamente no Brasil e talvez na América Latina, há uma nova onda em curso. A suposta “quarta onda” seria um desdobramento do processo de institucionalização da agenda feminista e de gênero e da articulação transnacional e entre movimentos, motivada por uma agenda de crítica e superação do neoliberalismo.

A partir dos anos 2000, as mulheres não só se organizaram para pressionarem por políticas que promovam bem-estar e diminuam a desigualdade de gênero, mas também começam a lutar para ocuparem os cargos com poder decisório para poderem participar, interferir e fiscalizar a formulação de políticas públicas para as mulheres.

Biroli (2017) alega que as interpretações feministas contextualizadas são fundamentais na produção de conhecimento - que passam a ser pautado por outras experiências. A exclusão histórica e a inclusão desigual das mulheres na esfera pública tornam a crítica feminista peculiar: como sujeitos da teorização, as mulheres se debruçam sobre práticas que as marginalizam e narrativas que as silenciam.

Por isso, o problema da relevância política das suas experiências e da dominação masculina se torna central e as pesquisas comandadas por mulheres têm estabelecido conexões entre quem fala e o mundo de que se fala e entre as produções teóricas e as concepções da política que nelas emergem, colocando em xeque as dinâmicas excludentes de produção do conhecimento, bem como as realidades parciais que as informam.

Kilomba (2019), ao discorrer sobre as críticas que recebe acerca do seu trabalho sobre racismo - considerado pautado por uma perspectiva subjetiva, emocional e que não possuiria fatos objetivos de análise - defende que o distanciamento emocional, social e

político nem sempre é uma condição favorável para a pesquisa. Ao contrário, uma pessoa “de dentro” do processo analisado, pode produzir uma base rica em pesquisas centradas em sujeitos. Como “sujeitos” de suas próprias histórias, as mulheres negras, por exemplo, têm o direito de definir suas próprias realidades e estabelecerem suas identidades. A escrita, portanto, seria um ato político.

“Psicologia: ciência e profissão”

A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade. (HOOKS, 2017, p.13).

A universidade foi se consolidando como lugar privilegiado de produção de conhecimento, palco de discussões *sobre* a sociedade. Mas ao reproduzir, em nome da própria ciência, a velha e sempre presente ordem hegemônica, vem se revelando “inapropriada” para cumprir sua função.

Partindo dessa premissa, enfatizamos que a formação de psicólogo deve demandar da Universidade não só sua participação em ações que provoquem e promovam transformações. Devem, sobretudo e efetivamente, colocar em xeque os saberes que a constituíram, os saberes instituídos, as práticas hegemônicas, os modos *standarts* de produção de conhecimento e de intervenção.

Aos nossos olhos, não há formação universitária se ela não for suficientemente capaz de despertar reflexões e produzir conhecimentos críticos, localizados, situados e encorpados. A formação demanda um movimento, um deslocamento, com reflexões críticas, inclusive sobre a ciência e o nosso campo de saber. Por isso, tentaremos refletir sobre a formação de psicólogo, tendo em vista que, no escopo deste artigo, apresentaremos uma experiência extensionista feminista em psicologia.

O título desta sessão remete a uma revista, publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e traz em seu âmago as discussões que se colocam. A revista, editada desde 1979, de acordo com as informações disponíveis no site do CFP, publica artigos que remetam à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino ou à *reflexão crítica* sobre a produção de conhecimento na área de Psicologia. Mil novecentos e setenta e nove, “foi um ano em que se celebrou os 100 anos da Psicologia como ciência” e, desde então podemos identificar as lacunas e as dificuldades que existiam e continuam existindo, como desafios permanentes da Psicologia como ciência e como profissão.

Através das publicações da Revista, registramos transformações da Psicologia brasileira, quer como campo de conhecimento, quer de atividades profissionais, acompanhando transformações brasileiras. Essa produção nitidamente nos possibilita verificar percursos, acompanhar transformações efetuadas no campo do seu saber-fazer. No plano

político, vemos um quadro bem distinto de outrora, quando uma psicologia branca, elitista, inacessível às populações mais vulneráveis, apresentava-se de modo intimista, individual e a-histórica. (CAMPOS, BERNARDES, 2005).

Novos tempos e uma nova compreensão de psicologia nascia junto com o renascimento dos movimentos sociais – incluído o movimento feminista e de mulheres – em um país redemocratizado. “A defesa da psicologia como ciência e como profissão foi gradativamente ganhando contornos que superavam ao corporativismo, buscando ampla participação da categoria na discussão dos problemas que a envolviam [...]” (ANTUNES, 2004, p. 145)

Podemos até dizer que houve significativo amadurecimento da psicologia quando tentou romper com o seu passado científico, neutro. Afinal, no contexto brasileiro, a “psicologia científica” aliou-se a projetos sociais conservadores de domínio e controle das subjetividades; de ajustes e adaptação da população (GONÇALVES, 2019)

Resgatar esta história é lembrar que a psicologia ganhou expressão nos Anos Dourados - tempos que “significaram muito para a história do Brasil em geral e para as relações de gênero em particular” (PINKSY, 2014, p. 15). Tempo de mudanças, em especial, educacionais para as mulheres, sempre excluídas de vários processos que se dão na pólis. Mas, durante os anos de 1950-60, houve uma crescente demanda específica por trabalho feminino, evidentemente que em certos setores e ocupações.

As profissões femininas ainda mantinham atreladas a mulher à ideia de domesticidade, mas, se carreira e matrimônio antes eram inconciliáveis, agora propiciavam certa coalizão. Mulheres poderiam trabalhar, se seus pais e maridos permitissem, em profissões que davam lugar também a casa, marido e filhos.

A regulamentação da psicologia surge em meio a este contexto e o seu modelo clínico e privatista proviam uma certa aquietação dos jogos de forças que historicamente assaltam os corpos das mulheres. Surge um (novo) campo para as mulheres, inaugurando por mais uma ocupação na série das “profissões femininas”.

Por percebermos que na própria constituição da psicologia vieses implícitos de gênero se apresentam, que intentamos introduzir na formação os estudos de gênero, apostando que se pode refletir melhor quando conseguimos escapar da lógica disciplinar que a Universidade nos imputa. Por isso, nossa guinada à Extensão.

Através do trabalho com mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero, pretendíamos dar evidência aquilo que constitui a própria Psicologia. Portanto, se fez urgente colocar em suspensão (e suspeição) a fala romantizada que elenca a psicologia no rol profissões femininas, sem se levar as últimas consequências as relações que se estabeleceram entre a formação e gênero.

A despeito da história e das mudanças explicitadas, gênero é uma categoria ‘deixada de lado’ nos currículos universitários. Ao não colocar sob análise as engrenagens do sistema que transmite modelos sexuais bipolarizados (ROSEMBERG, 1984), a psicologia não se interroga na manutenção de valores sexistas nos saberes oficiais transmitidos no percurso formativo.

Parece ser unânime que a nossa dificuldade, em relação à universidade, incide na nossa ínfima capacidade em transformá-la. Isto não só porque ela se funda em perspectivas que valorizam os pressupostos cientificistas, mas porque surge a partir da ideia de universalização do saber, com modelos de formação verticalizados e hierarquizados.

Trazer as epistemologias feministas para nos ajudar a refletir possibilita não somente indagar o patriarcado, compreendido sucintamente como sistema de opressão e privilégios, alicerce social que estrutura as relações, mas, acima de tudo, interrogar o que a ciência e a universidade dele (re)produzem na formação e em nossas práticas.

o androcentrismo que impregna o pensamento científico é um dos preconceitos mais devastadores, e está instalado de maneira tão arraigada em nossas concepções que nos torna incapazes de refletir sobre elas [...] A visão androcêntrica do mundo é compartilhada por todos, mulheres e homens, e nos passa despercebida pois, por estarmos sempre nela submersos, encaramo-la como natural, universal, imutável. (TEDESHI, 2012, p.109)

Deslocamentos e retificações: Extensão como forma-de-ação

O termo luta nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Lutar é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma ação poética, no sentido de criação de uma obra. (TIBURI, 2018, p. 53)

A experiência extensionista surge da indagação acerca das relações que (não) se apresentam entre gênero e formação em psicologia. Ela nos impulsionou querer estar no território, estabelecendo com mulheres relações bem mais horizontalizadas do que as que comumente propõem as universidades. Não queríamos falar *de* mulheres, *sobre* mulheres, mas **COM** mulheres, *como* mulheres. Para nós, a certeza de que neste deslocamento para fora estaríamos fazendo diferente. Quanto ilusão!

Em 2016, demos início ao projeto extensionista intitulado *Por que também temos que falar de violência*. Através dele, sustentávamos a premissa que, em psicologia, faz-se fundamental refletir sobre as opressões e violências sob as quais as mulheres estão submetidas em nossa cultura, estruturada pelos macros pilares sociais - patriarcalismo, escravagismo, classismo e cristianismo.

Com ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência no território, à prestação de serviços à comunidade, sob forma de assistência psicológica, assim como à formação acadêmico-profissional em psicologia, a proposta, de caráter interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial, visava garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão. Neste sentido se tornou possível incorporar, no contexto da formação, narrativas acerca das violências contra às mulheres, atravessadas pela perspectiva de gênero.

Partimos do híbrido que sustenta a Psicologia e a sua formação – profissão que, segundo o Catálogo Brasileiro de Ocupações, se inscreve no rol das profissões da saúde, ao mesmo tempo em que traz consigo a marca indelével das ciências humanas. Assim, nada mais “lógico” do que partirmos da área da saúde, nos aproximando do que nela há de “científico”, para derivarmos para as ciências humanas – “perfumarias”. Efetivamente, esta proposta não estava clara naquele tempo, mas, o fato de sua coordenação ser de uma mulher, psicóloga, com experiência na rede de enfrentamento às violências, no SUS, de algum modo conduziu a “escolha”.

Começamos a trabalhar junto à saúde, a seus dispositivos e com as mulheres em seus territórios, em suas unidades, oferecendo condições de possibilidade para que elas expressassem suas vozes. Nossa intenção era com elas dialogar sobre as violências de gênero que atravessavam os seus corpos e orientar sobre os dispositivos e serviços disponíveis na cidade e que compõem a rede de enfrentamento, prevenção, atendimento e combate às violências, por definição intersetorial, interprofissional, e com serviços hierarquizados.

Ao estarmos com as mulheres, com seus saberes individuais e coletivos, percebemos que nossas escassas discussões acadêmicas sobre a situação da mulher em nossa sociedade e sobre as violências de gênero às quais elas estão expostas eram insuficientes para gerar transformações sociais que garantissem às mulheres igualdade de direitos e uma vida livre de opressões e violências. Percebíamos também o quanto estávamos distantes delas, de seus corpos animados, encarnados e situados nos diferentes cantos da cidade de Niterói.

Passamos a intuir que o processo formativo solidifica estruturas androcêntricas, tornando a trajetória educacional inflexivelmente masculina e patriarcal – um certo “falocentrismo pedagógico” (TEDESHI, 2012). Isso porque, no curso de psicologia, o silêncio sobre as mulheres chega a ser ensurdecedor.

Pouco se falava ou se lia, a partir de lentes femininas. Contudo, não era somente isso que nos incomodava, mas também como “a mulher” era apresentada – sempre no singular, como uma categoria homogênea. Ao retirar a dimensão plural das mulheres, falávamos de apenas uma: branca, das elites econômicas, em especial, circunscritas no âmbito doméstico e familiar.

Percebemos que o cenário não era nada simples. Falar sobre mulheres, no plural, demandava muito trabalho e, nesta direção, tornou-se imprescindível poder superar não só o estabelecimento da uma lógica que as silencia e é intrínseca às relações sociais, mas também nos haver com a própria formação. Afinal, que formação queríamos?

Afirmávamos que, em certo sentido, tentávamos escapar da (de)formação conhecida, mas ainda não percebíamos o quanto outra forma-de-ação atravessava nossos caminhos em

formação. Se, por um lado, ratificávamos que não podemos compactuar com a surdez e a cegueira social, que se nega reconhecer mulheres diversas e plurais, com direito à vida digna e livre de violências, por outro, necessitávamos urgentemente nos retificar, pois fomos reconhecendo e nos dando conta que a forma como estávamos lidando com a problemática estava, apesar de nossos esforços, pautada por lógicas academicistas.

As nossas produções, mesmo como mulheres que estavam com outras mulheres, marcavam bem o quanto os processos de escolarização se fundam e findam pelo disciplinamento dos corpos. Ainda estávamos presas a um certo fazer diferente... Diferente do instituído, apenas, que em nada tinha de subversivo. No *a posteriori*, entretanto, percebemos que "diferente" pode servir apenas para marcar o que não é parecido, sem que se rompa com os paradigmas.

Embora o projeto trabalhasse em direções, indissociáveis pela sua própria natureza, destacamos o eixo da formação. Isto porque estar com mulheres nos mostrou que habilidades técnicas são necessárias, mas não suficientes quer para o exercício de uma prática profissional comprometida ético-politicamente com as questões que atravessam a sociedade, para sustentar uma universidade democrática, crítica, onde se reafirma e se sustenta que não existe conhecimento neutro. O neutro se coloca em favor da ordem hegemônica!

As vivências das discentes poderiam ter sido compreendidas (apenas) como meio de viabilizar a integralização de créditos extensionistas ao currículo escolar, como meio para desenvolver habilidades técnicas para se acolher e atender mulheres em situações de violência de gênero referidas aos protocolos e normas técnicas existentes. E, efetivamente, não podemos esquecer que era exatamente isso que queríamos!

“Preparar” algumas futuras psicólogas para trabalhar com as violências de gênero, a partir da perspectiva de gênero, inseridas nas políticas públicas construídas a partir das tantas lutas feministas. Com isso, estaríamos suturando a lacuna existente na formação, inclusive evidenciada pela pesquisa produzida pelo CFP, em 2013, sobre o perfil das psicólogas brasileiras. Naquele tempo – e talvez isso não tenha mudado o suficiente - apenas 1% das psicólogas brasileiras afirmaram trabalhar com questões de gênero.

Apesar da psicóloga Madge Porto (2015) afirmar que, entre os anos de 2011 e 2012, se iniciou uma discussão interna na categoria a respeito da questão de gênero - viabilizada pelo modo como a Psicologia apareceu nas políticas públicas, quer como modelo de intervenção proposto para os casos de violência contra as mulheres quer como profissão integrante das equipes mínimas necessárias para os principais serviços de atendimento as mulheres, isso não necessariamente significou que houve (ou há) nos saberes e fazeres dos profissionais psis qualquer percepção ou indagação sobre os vieses implícitos de gênero.

Nossa proposta era simplista, e beirava a uma visada falaciosa, marcada por aproximações que, apesar de coletivizar experiências individuais, abrir bons espaços de trocas dialógicas tanto para as mulheres quando para a universidade e campo distinto de formação para as discentes, estavam bem aquém de uma proposta em experiência feminista.

Isto não quer dizer que ao incorporar as temáticas que chegavam pelas mulheres na produção de conhecimento não fizéssemos algo novo ou mesmo até revelador de transformações na própria formação. Afinal, passamos a fazer críticas à estrutura daquilo que a academia dizia sobre as mulheres e as violências de gênero, de alguma maneira sempre apresentadas como universais. Urgia não só (trans)formar, formar-ação, formas-de-ação, mas nos (re)situar, ressignificar, subverter!

Tempos de ressignificar nossas práticas, rumo à Psicologia Feminista

Estudos protagonizados pela luta feminista das mulheres, desta vez no âmbito acadêmico, têm contribuído de modo substantivo para alterar a paisagem das teorias no campo social, cultural e político, seja aqui no Brasil ou no exterior.
(MATOS, 2010, p.67)

Chegou um momento que precisamos recorrer a outros modos de poder estar na universidade, produzir conhecimento, pensar na formação em psicologia. O Projeto nos havia ensinado algo fundamental: escutar mulheres é um ato absolutamente radical, pois, lhes possibilitar condições de fala é caminhar na direção oposta ao patriarcado e mesmo ao discurso científico.

Convocar mulheres a diálogos é sustentar espaço para aquilo que sempre lhes foi negado; é poder subjetivá-las e apostar que, através delas, se pode transformar o mundo, opressor e desigual. Ao lhes escutar, elas também se escutaram, tornando-se então protagonistas de suas histórias.

Nossas autocríticas e observações nos mostraram que, a despeito de nossas tentativas, fazíamos mais do mesmo. Nossos questionamentos, legítimos eram, mas pautavam-se, como dito, mais numa proposta de aproximarmos de um campo de pesquisa e trabalho do que efetivamente subvertê-lo. Faltava-nos talvez ferramentas que nos conduzissem a alçar outros lugares. Precisávamos nos reinventar!

Isso não quer dizer que o Projeto não tenha tido êxito, em nossas avaliações. Pelo contrário; com e através dele, não hesitamos em repensar nossas práticas, em buscar parcerias mais institucionais, e até mesmo o poder público. Emprestamos nossos corpos às metamorfoses. Fomos um, tornamo-nos outro, a partir de desafios, erros e acertos... As lacunas visualizadas, algumas foram “tamponadas” pela criação de projetos meio-irmãos, as parcerias foram se consolidando em uma direção que nos confrontaram com o indizível. Não fomos silenciadas, apenas não conseguíamos (ainda) dizer, com nossas poucas ferramentas

teórica-metodológicas para onde estávamos rumando. Hoje, podemos até dizer que rumamos em direção à epistemologia feminista brasileira, que passamos a “surfear” nesta quarta onda feminista proposta por Marlise Matos. Mas, naquele tempo não. Invisíveis, porém, não invisibilizadas estavam diversas questões. Bem ali, diante de nós!

Em 2019, já havíamos avançado em diversas direções que se complementavam, e propiciaram interlocução mais robustas, inclusive com o poder público, em relação as políticas públicas municipais para mulheres, e especialmente com o “campo feminista de gênero” (MATOS, 2010). Este encontro determinou a guinada necessária a redefinição de nossos processos de trabalho e na construção do *Programa Extensionista Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados*, logo aos primeiros dias de 2020.

“*Mulherio*”, além de instrumentalizar um processo dialético, interdisciplinar, intersetorial, que reafirma o nosso querer em relação as mulheres e as políticas públicas, vem se constituindo enquanto proposta de uma política feminista que vem se alinhando com o que tem sido denominado a quarta onda do feminismo brasileiro. Talvez menos pelo viés tecnológico que esta traz como marca, através dos ativismos digitais, mas pelo lugar de destaque alçado na sua participação na formulação de políticas públicas em instituições, no município em que acontece.

Sem deixar de lado as propostas do projeto que o constituiu, o atual Programa se volta para a auxiliar gestores públicos na sustentação de políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero, fortalecendo o ativismo feminista através de um movimento de dentro para fora, feita pela associação com diversos coletivos feministas, em momento que a luta pela justiça e o resistir se tornam ainda mais fundamentais. Mulherio aposta em dar visibilidade a condição de invisibilidade da mulher brasileira, destacando diversas temáticas, pelas lentes de mulheres, que se indignaram com o fenômeno histórico em que a metade da humanidade se viu milenarmente excluída. Ele resgata um termo largamente utilizado para degradar a mulher, mas, para nós, ele é uma forma de resistir, interrompendo o jogo de linguagem e as narrativas machistas que ecoam também, e inclusive, na Universidade.

Há quem diga que ao não privilegiarmos o uso de tecnologias e nos mantermos na luta pela institucionalidade das políticas para mulheres, estamos mais próximas da terceira onda do que efetivamente da quarta. Há quem diga que radicalizamos ao escolher o campo político para nos inserirmos. Mas, serenamente, dizemos que todo ato é político e nós tentamos subverter para não deixar cair no esquecimento que a nossa história bem recente encena um golpe que facilmente pode ser lido a partir de uma perspectiva gênero, quer porque retira uma mulher do poder, quer porque incide arbitrariamente nas políticas para as mulheres, revelando “o quão frágeis são os tecidos de uma cultura, no que diz respeito ao direito à cidadania das mulheres.

Uma cultura que não tem nenhum pudor de cultivar quaisquer atos arbitrários e conservadores em favor da dominação masculina” (RUBIN, ARGOLO, 2018, p.10).

O Programa lembra a todo tempo que, para nós mulheres, a nossa existência cidadã está ameaçada. Para muitas de nós, compreendidas em diferenças e desigualdades, a 'democracia em vertigem' é um grande sinal de alerta! Alerta que nos fez lembrar de Simone de Beauvoir (2016), quem nos disse que, como mulheres, teríamos que nos manter vigilantes, pois nossos direitos seriam os primeiros a serem colocados em risco em momentos de crises. E, de fato, Beauvoir acertou!

Todo o desmonte aparece muito bem retratado em notícias que se espalham nas mídias e redes sociais. Para alguns - especialmente homens brancos, da elite, que detêm o poder - nada demais, apenas mi-mi-mi de feministas. Para as universidades, encasteladas em seus muros, a possibilidade de retomarmos aos velhos meios de ensinar, repetir as verdades construídas a partir de um ideal científico que serve a apenas alguns.

As epistemólogas feministas fazem uma crítica radical à ciência, afirmando que podemos construir conhecimentos válidos e objetivos. Focam atenção nos mecanismos que historicamente excluíram as mulheres de ciência, mesmo tendo sido elas mulheres escondidas (para não dizer silenciadas) que fizeram descobertas importantes. Para se fazer ciência, deve-se incluir o trabalho oculto das mulheres e as mulheres na ciência; deve-se desestabilizar a investigação científica, adjetivada pura e desencarnada, visando a construção de conhecimentos implicados e encarnados.

Para finalizar, precisamos dizer que entendemos que a produção científica deve se pretender emancipatória e ensejar críticas também à colonialidade. A forma extrativista de se produzir ciência, forma esta utilizada historicamente pela universidade, produziu conhecimentos a partir de pressupostos que, aparentemente neutros, se transmutaram em verdades.

Tentamos mostrar que, pela Extensão, e os deslocamentos que, felizmente nos impusemos, seguimos tentando fazer diferente, juntando-nos a:

milhares e milhares de mulheres que, na opressão, invisibilidade e silêncio (outras nem tanto), vem buscando fundar, construir e solidificar as condições de possibilidade de um jogo político e científico que não se faça de modo reducionista, enviesado, infértil, descomprometido e limitado. (MATOS, 2010, p.88-89)

Referências

- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSAMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs). **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 102, p. 173-210, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n102/1807-0175-ln-102-173.pdf>. Acesso em: 20. Dez. 2019.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas; BERNARDES, Lúcia Helena Garcia. A revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, v. 25, n. 4, p. 508-525, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n4/v25n4a02.pdf>
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, ano 9, n. 18, p. 95-105, jul./dez. 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32159/1/2017_art_pktzer.pdf. Acesso em: 15. Jan. 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02. Fev. 2020.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 11, n. 3, p.647-654, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em: 06. Mar. 2019.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTO, Madge. Mulheres na Psicologia: conquistas e desafios. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Jornal do Federal**. Ano XXVI n. 110 pp. 14-15, mai. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Afinal, por que somos tantas psicólogas? **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 6-12, 1984. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100002 Acesso em: 10 fev 2020.

RUBIN, Linda; ARGOLO, Fernanda. "Precisamos fala de gênero" In: RUBIN, Linda; ARGOLO, Fernanda. (Orgs.) **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: UFBA, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015. 41-43.

STRENGER, Isabelle. **Quem tem medo da ciência?** Ciência e Poderes. São Paulo: Editora Siciliano, 1990.

TEDESHI, Losandro Antonio. Por outras Histórias: A Historiografia atual e os Estudos de Gênero. In: **As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica**. Dourados/MS. Ed. UFGD, 2012

TIBURI, Marcia. **Feminismos em comum: para todas, todes e todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

SOBRE AS AUTORAS

Paula Land Curi.

Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Professora Adjunta Departamento de Psicologia e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói. Coordenadora do Programa Extensionista Mulherio: Tecendo redes de resistência e cuidados. Participou de todas as etapas de construção do artigo.

Carolina de Oliveira Armani.

Psicóloga, graduada pela UFF. Mestranda em Atenção Psicossocial pelo IPUB/UFRJ. Trabalhadora da rede de Saúde Mental do Rio de Janeiro e Niterói. Integrante do Programa Extensionista Mulherio: Tecendo redes de resistência e cuidados. Foi bolsista do Projeto de Inovação em Tecnologia Social “Cuidando da exposição à violência sexual: empoderando mulheres e tecendo redes”, pela AGIR. Participou de todas as etapas de construção do artigo.

Luciana da Silva Oliveira.

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela UFF. Professora do curso de Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, MG. Integrante do Programa Extensionista Mulherio: Tecendo redes de resistência e cuidados (UFF). Participou de todas as etapas de construção do artigo.

Thais Ferreira Rodrigues.

Cientista social. Doutora em Ciência Política pela UFF. Possui pós-doutorado em psicologia pela UFF e atualmente é pós doutoranda na ENSP/FIOCRUZ. Pesquisa políticas públicas de saúde, violência de gênero e desigualdade. Integrante do Programa Extensionista Mulherio: Tecendo redes de resistência e cuidados. Participou de todas as etapas de construção do artigo.